

Mediações Livrescas: O Instituto Nacional do Livro e os percursos editoriais brasileiros em terras lusitanas

Este artigo faz parte de um trabalho maior de pesquisa que culminou em meu doutoramento, intitulado: *A ACLAMAÇÃO DAS LETRAS: O Instituto Nacional do Livro e a pedagogia literária no Brasil do século XX*, supervisionado pela professora Giselle Martins Venancio com financiamento da Capes e FAPERJ e realizado na Universidade Federal Fluminense.

The Instituto Nacional do Livro and the Brazilian editorial routes in Lusitanian lands

Mariana Rodrigues Tavares 

Universidade Federal Fluminense, Brasil

historia.mari@gmail.com

Conflito de interesses: nada a declarar. **Financiamento:** nada a declarar.

Data de Submissão: 21/03/2021

Data de Aprovação: 05/05/2021

Resumo

O objetivo deste artigo dedica-se a coletar as fontes que vinculam, direta ou indiretamente, as relações de circulação dos impressos do Instituto Nacional do Livro do Brasil e com o Estado português. Com isso, inventariou-se as coleções de obras que se intercambiaram entre os dois países, assim como, se destacaram outras relações intelectuais existentes entre Brasil e Portugal. Diante do obscurantismo que permeia a história social do Instituto Nacional do Livro e da própria falta de outras pesquisas historiográficas que se dediquem a este tema, o presente trabalho se apresenta como uma contribuição valiosa acerca dos circuitos editoriais que permearam capítulos importantes da circulação dos impressos no Brasil e em Portugal ao longo do século XX.

Palavras-chave: Instituto Nacional do Livro; livros; intercâmbios letrados; Portugal;

Abstract

The objective of this paper is to collect the sources that link, directly or indirectly, the circulation relations of the printed materials of the Instituto Nacional do Livro of Brazil and with the Portuguese State. With that, the collections of works that were exchanged between the two countries were inventoried, as well as other intellectual relations existing between Brazil and Portugal. In view of the obscurantism that permeates the social history of the Instituto Nacional do Livro and the very lack of other historiographical researches dedicated to this theme, the present work presents itself as a valuable contribution on the editorial circuits that permeated important chapters of the circulation of print in the Brazil and Portugal throughout the 20th century.

Keywords: Instituto Nacional do Livro; books; literate exchanges;

Se com sua Arte, pai querido, fez
Rugirem as águas loucas, acalme-as:
O céu parece que quer verter piche;
Mas o mar sobe à face da atmosfera
E apaga o fogo. Ai, como eu sofri
Com os que vi sofrer! A brava nave
(Carregando, na certa, um ente nobre)
(William Shakespeare, A Tempestade).

A peça de Shakespeare foi lançada originalmente em 1611 e, segundo aponta Simon Winchester (2012)⁹ foi montada com grande distinção e elegância em 2009 num teatro em Hamilton, capital do arquipélago de Bermudas, como forma de comemorar o quadricentenário da mais setentrional colônia britânica do Atlântico¹⁰. A razão da escolha da peça não se deveu apenas pelo sucesso mundial da obra, mas pelo fato de que os grandes conhecedores de Shakespeare acreditam que “A tempestade era, antes de mais nada, uma peça ligada ao oceano Atlântico, e que foi a localização acidental das Bermudas, quatro séculos antes que desempenhou um papel vital na sua criação¹¹”. A ilha na qual Próspero e Miranda se veem exilados e na qual vive Caliban, personagens da referida peça, assemelha-se a um lugar no Mediterrâneo. No entanto, um exame mais

acurado do texto, de acordo Simon Winchester, endossa uma ideia de que A tempestade foi inspirada num naufrágio real ocorrido em 1609, e que não teve lugar no Mediterrâneo, mas no Atlântico ocidental.

Seja como for, as águas do Atlântico são reveladoras. As relações tracejadas entre Portugal, Brasil e América Latina desde o século XV são um exemplo disso. Cada capítulo da História do Brasil guarda nuances de uma trajetória de impressos que circundou os mares Atlânticos e os intercâmbios entre estas localidades. O presente capítulo se destina a pensar de que maneira estas relações editoriais se construíram entre ao longo dos anos 1940-60 no cotejo das ações do Instituto Nacional do Livro que fizeram parte do Acordo Cultural entre Brasil e Portugal e também nas Exposições do Livro no qual se expandiram os rumos editoriais no transcorrer das décadas.

1. Relações culturais oficiais entre o Estado Novo português e o Estado Novo varquista

A política de aproximação entre Brasil e Portugal qualificada pelo Estado Novo de Getúlio Vargas ficou conhecida pela disseminação de eventos, acordos, com destaque de sobremaneira para o *Acordo Cultural de 1941*. No entanto, mesmo antes de 1941, isto é, da culminância do Acordo Cultural,

há de se tomar em conta que o campo fértil da luso-brasilidade possibilitado após 1930 encontrou respaldo em iniciativas como o Acordo ortográfico de 1931; a inauguração do Instituto Luso-Brasileiro de Alta Cultura de 1934; participação do Brasil em comemorações centenárias de 1940; criação da *Sala do Brasil*,

⁹WINCHESTER, Simon. Ah! Quanta beleza, quanto poder! In: _____. Atlântico: grandes batalhas navais, descobrimentos heroicos, tempestades colossais e um vasto oceano com um milhão de histórias. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 134-181.

¹⁰WINCHESTER, Simon. Ah! Quanta beleza, quanto poder! In: _____. Atlântico: grandes batalhas navais, descobrimentos heroicos, tempestades colossais e um vasto oceano com um milhão de histórias. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 134-181.

¹¹WINCHESTER, 2012, p. 135.

em 1937, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, mais tarde, transfigurada em Instituto de Estudos Brasileiros e a Embaixada extraordinária de Portugal no Rio de Janeiro de 1941¹². Um bom exemplo destas políticas de aproximação acima citadas é a *Exposição do Livro Português* que foi largamente referenciada nos periódicos brasileiros da década de 1940:

QUINZENA DO LIVRO PORTUGUÊS

Obras antigas e modernas vão figurar na próxima exposição Convergindo para a obra de aproximação cultural luso-brasileira, posta em prática pelos srs. Dr. Lourival Fontes e Antonio Ferro, sob o patrocínio da Embaixada de Portugal, do DIP e SPN, vai realizar-se, no próximo mês de novembro, no Rio de Janeiro, a *Exposição do Livro Português*, à cuja organização presidirá uma Comissão de Honra, composta pelos ministros das Relações Exteriores e da Educação, embaixador de Portugal, presidentes do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Academia Brasileira de Letras, diretores do DIP e do SPN e presidentes do Instituto Luso-Brasileiro de Alta Cultura, Associação Brasileira de Imprensa, Gabinete Português de Leitura e Liceu Literário Português¹³.

A *Exposição do Livro Português* citada na reportagem acima é fruto de um projeto maior de promoção da cultura nacional portuguesa e brasileira num período específico da história política de ambos os países. A esta época, tanto

o Brasil quanto Portugal adotaram o sistema político do Estado Novo que vigorou no primeiro país por cerca de oito anos (1937-1945) e no segundo por mais de quarenta anos (1933-1974).

Apontam pesquisadores que os projetos culturais dos dois países assinalaram sua centralidade para a constituição da escrita de uma História Pátria, cuja importância estaria pautada para a construção de uma cultura republicana. Este processo se relaciona a outros dois, por meio dos quais se estabeleceu um discurso republicano vinculado a propaganda a relação entre a República e a necessidade de difundir uma cultura cívico-patriótica, capaz de constituir novos cidadãos. No caso específico português, destaca António Costa Pinto que o projeto cultural salazarista procurou realizar uma “restauração sistemática dos valores da Tradição”. Segundo o próprio autor, a maior atenção foi concedida a todo um movimento “etnográfico-folclórico” que passou por processos de revitalização, restauração dos símbolos da reconquista cristã e sua utilização social, por concursos como a “aldeia mais portuguesa de Portugal”, movimento que culminou, nos primórdios da década de 1940, na “*Exposição do Mundo Português*”, reproduzindo os hábitos das populações portuguesas de todo o Portugal. Nas palavras de Costa Pinto, “outro revelador importante foi o da promoção do cinema português que, com uma clara vocação popular, remetia também a apologia dos sadios valores da honestidade cristã e da família pobre, mas honrada”¹⁴.

No que tange o Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), citado na reportagem em destaque, sabe-se que fora criado em 1933 durante o governo de Oliveira Salazar e cuja liderança coube à figura de António Ferro. Em linhas gerais, a função do SPN ficou encarregada de fornecer uma imagem política do regime fora e dentro do país. Juntamente

¹²SERRANO, 2014, p.58.

¹³O Imparcial, 18 de outubro de 1941.

¹⁴COSTA PINTO, 2007.

com as artes plásticas, o cinema, a propaganda, o Estado Novo passou a participar das práticas e dos discursos etnográficos no conjunto dos recursos culturais colocados a serviço dos programas nacionalistas¹⁵.

De maneira semelhante desenvolveu-se uma cultura cívico-patriótica no Brasil. O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) também referido na matéria em epígrafe, órgão do Estado Novo varguista ampliou sua capacidade intervencionista por meio de instituições criadas pelo Ministério de Educação e Saúde Pública. Conforme destaca Maria Helena Capelato, o Ministério da Educação, sob a chefia de Gustavo Capanema propôs a divisão do Departamento de Propaganda em duas partes: a primeira correspondente a Publicidade e Propaganda, ficando a cargo do Ministério da Justiça; e a outra a Difusão Cultural, voltada para o Ministério da Educação e Saúde. Após discussões internas, em 1939, criou-se o Departamento de Imprensa e Propaganda oriundo do extinto Departamento de Propaganda e Difusão Cultural¹⁶. Nas palavras de Capelato, o “DIP foi fruto da ampliação da capacidade de intervenção do Estado no âmbito dos meios de comunicação e da cultura. Tinha como função elucidar a opinião pública sobre as diretrizes doutrinárias do regime, atuando em defesa da cultura, da unidade espiritual e da civilização brasileira”¹⁷.

Além de referenciar os dois órgãos, o texto do jornal cita dois nomes: o de Lourival Fontes e de Antônio Ferro. Sobre os dois são válidas algumas ponderações.

A respeito de Lourival Fontes, é sabido que formou carreira na área do Jornalismo, colaborando em jornais da Bahia e do Sergipe, este último seu estado natal. Ocupou cargos públicos na Prefeitura do Distrito Federal galgando, mais tarde, a posição de diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda em 1939 e ali permanecendo até 1942. Tempos depois, em 1945, se tornou embaixador no México, mas com o fim do Estado Novo de Getúlio Vargas foi exonerado do cargo.

Numa posição semelhante esteve a figura política de Antônio Ferro. Também advindo dos meios jornalísticos, simpatizante do fascismo, Ferro galgou a direção do SPN graças a sua proximidade com Salazar. Nas palavras de Antônio Costa Pinto, “Ferro criou uma máquina que ultrapassou largamente as meras necessidades de gestão de imagem de Salazar”. A atuação no Serviço de Propaganda Nacional coordenou e integrou a imprensa do momento, além disso, dirigiu a censura do regime, organizou as encenações coletivas periodicamente transportadas para a capital, além de assegurar muitas atividades voltadas para as elites e capitaneou relações culturais com o exterior¹⁸.

As relações culturais, portanto, entre Portugal e Brasil constituíram uma política que perdurou por anos e que foi marcada pela produção e circulação de muitos livros, contando, de forma destacada, com a atuação do Instituto Nacional do Livro. Pode-se afirmar que houve um processo de permuta de obras e de mútua colaboração entre os autores brasileiros e editores/livreiros portugueses. Um bom

¹⁵ALVES, 1997.

¹⁶CAPELATO, 1999.

¹⁷O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) atuou no projeto de centralização política visando à ampliação dos poderes do chefe Executivo federal; valorização da administração municipal; intervenção estatal; etc. Neste sentido, a produção livresca procurava destacar a trajetória pessoal de Getúlio Vargas, especialmente durante o período de criação do órgão e a vigência do Estado Novo. De acordo com Ana Paula Leite Moreira (2019), “Nesse processo de construção de Vargas como um mito e um dos grandes heróis da nação, são atribuídas a ele as mais variadas qualidades para destacá-lo como um ser superior e excepcional. A designação de Vargas como “amigo” foi bastante empregada, destacando sua simpatia e bondade

política para com os mais variados grupos sociais: “amigo do teatro”, “amigo das crianças”, “amigo dos trabalhadores” e até “amigo da aviação”⁸⁸. Um exemplo do investimento nessa qualidade é o livro *Foi no poder que me tornei vosso amigo* (1939), versão escrita do discurso proferido por Vargas da sacada do Palácio do Ministério do Trabalho, a 10 de novembro de 1938, data do primeiro aniversário do Estado Novo, e dirigido aos trabalhadores nacionais” (2019, p. 91). Para maiores informações ver: MOREIRA, Ana Paula Leite. *O Departamento de Imprensa e Propaganda e a política editorial do Estado Novo (1937-1945)*. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em História, UNIRIO, 2019.

¹⁸COSTA PINTO, 2007.

exemplo pode ser verificado na constituição de uma Biblioteca brasileira na Seção de Intercâmbio do SPN/SNI, remetendo-se à importância do livro como instrumento fundamental para o Acordo. Segundo Gisella Serrano, a “Biblioteca da Seção Brasileira tinha por função primordial engrandecer os conhecimentos dos portugueses acerca da cultura brasileira e, por conseguinte, divulgar autores e editores em Portugal, favorecendo a aproximação intelectual pelas letras”¹⁹. A

respectiva Biblioteca recebia constantemente doações de livros, sobretudo, do Brasil e era uma prática recorrente a distribuição editorial como forma de aproximação diplomática ou de divulgação dos conteúdos enviados. De acordo com os documentos referentes ao DIP e ao SNI havia um intercâmbio direto de livros, boletins, além da criação dos prêmios e pedidos de envio de obras e etc., como se pode verificar na correspondência citada abaixo:

Exmº Senhor
Visconde de Carnaxide
Mtº. II. Delegado do SNI junto ao DIP
RIO DE JANEIRO

Confirmo os meus ofícios de 31 de agosto e 22 de setembro últimos.

Por este correio seguem fotografias, artigos, recortes da Imprensa portuguesa, a revista “Panorama”, destinada a “Livros de Portugal”, “Documentos Nº 3”, etc.

PEDIDOS: Solicitam-nos as seguintes obras de edição oficial:

- A demanda do Santo Graal, apresentada por Augusto Magne, edição do Ministério da Educação e Saúde (Instituto Nacional do Livro), 2 exemplares.
- Bibliografia da Educação Física – publicada, ao que parece, na Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, nos números de Janeiro, Fevereiro e Março de 1944.
- Catálogos de traduções brasileiras de livros estrangeiros.

DOCUMENTOS: O Bibliotecário do Departamento de Difusão Cultural da Prefeitura do Distrito Federal, deseja que lhe seja enviada esta publicação, tendo-se nos dirigido nesse sentido. Rogo o obséquio de atendê-lo.

DOCUMENTOS Nº3: Seguem os 750 exemplares, habituais de “Documentos”, destinando 400 a “Livros de Portugal”. O nº4 sai com pequeno atraso, motivo porque só seguirá no próximo vapor. Seria de interesse que V.Exª. me informasse sobre o acolhimento dispensado a esta publicação.

OURO PRETO: Não vimos até o momento referências à edição da Seção Brasileira – “Ouro Preto” – uma cidade antiga do Brasil” – nem sabemos como tal edição foi recebida nos meios oficiais e na Imprensa. Tratando-se de uma edição cara e feita com o maior carinho dentro do espírito do Acordo Cultural, seria de lamentar que não tivesse obtido no Brasil o êxito que lhe auguramos.

¹⁹ 2014, p.110.

BOLETIM DE INFORMAÇÕES: Junto remeto a V.Ex^a. alguns exemplares dos 1^{os}. números do novo Boletim de Informações Brasileiras, que começou a ser distribuído pela Secção Brasileira. Junto também a lista de entidades a quem está sendo distribuído.

Enquanto o serviço de comunicações entre Portugal e Brasil for irregular como está sendo, distribuiremos apenas 1 Boletim por mês, passando a quinzenal ou semanal, quando as condições o permitirem. Seria de interesse aos fins do Acordo Cultural que idêntico serviço se estabelecesse na Secção Portuguesa do DIP.

PRÊMIOS LITERÁRIOS DE 1944: Chamo a atenção de V.Ex^a para as Bases dos “Prêmios Literários” instituídos por este Secretariado, rogando-lhe a maior divulgação.

TEATRO DOS ESTUDANTES DE COIMBRA: Não voltamos a receber notícias sobre este assunto.

DESIGNAÇÃO DA SECÇÃO NA REFORMA DESTE ORGANISMO: Nos recortes que junto, V.Ex^a poderá ver desenvolvida noticia da reforma deste organismo que passou a designar-se por Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo. A Secção Brasileira, passou a designação de Secção de Intercâmbio Luso-Brasileiro (4^a Secção da 1^a Repartição). Os seus serviços no corrente ano obedecerão ao mesmo ritmo e ao mesmo critério que tem orientado todas as suas iniciativas. O plano de trabalho do presente ano está a ser elaborado e em breve o levaremos ao conhecimento V.Ex^a.

DIRECTOR GERAL DO DIP: Junto cópia da carta que o Exm^o Secretário Nacional enviou por via aérea ao Exm^o. Snr. Major Amílcar Dutra de Menezes. Sirvo-me do ensejo, no início deste novo ano, para desejar a V. Ex^a. as maiores prosperidades.

A BEM DA NAÇÃO.

Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo.

10 de janeiro de 1945.

PELO CHEFE DA NAÇÃO.

A. TAVARES DE ALMEIDA.

De acordo com Gisela Serrano (2014), o Acordo Cultural firmado em 1941 estruturou as bases para um estreitamento contínuo das relações político-culturais travadas entre Brasil e Portugal, responsáveis por manter os contatos culturais entre ambos os países.

Neste sentido, constituiu-se uma *Política do Atlântico*, em maior amplitude de uma política lusitana, posteriormente, materializada e instrumentalizada na forma de prêmios e de materiais impressos, como demonstra a autora, na criação do *Prêmio Pero Vaz de Caminha* (2014, p.112). Some-se a esta, a presente e difusa revista *Atlântico*²⁰ emergente da conjuntura do Estado Novo português e do programa de estudos acerca da cultura

brasileira. É no cotejo dos programas iniciados em ambos os países no escopo do Estado Novo, que este capítulo se debruça sobre as relações editoriais travadas entre o Instituto Nacional do Livro e o governo português, ao longo das décadas de 1940-1960, permeadas por agentes livreiros, pela edição de obras de cunho cultural, assim como por instituições, a exemplo do *Instituto Nacional do Livro*.

2.Elos editoriais atlânticos...

[...] O Instituto Nacional do Livro e o prof. Augusto Magne publicaram A DEMANDA DO SANTO GRAAL, dois tomos, e mais terceiro com o “Glossário”, com 1327 páginas substanciais. O serviço grande realizou-se.

[...] O valor, evidentemente, do DEMANDA DO SANTO GRAAL, não é para a Novelistica brasileira, para sua literatura Oral onde não tem importância alguma. É documento precioso para o idioma português genericamente. Nesse ângulo, *la matière de Bretagne* ficou em mãos sábias, as do prof. Augusto Magne (*A Manhã*, 18 de março de 1945).

As palavras “generosas” publicadas no periódico *A Manhã* pertencem a Luiz da Câmara Cascudo. Célebre nome dos meios folcloristas brasileiros, Câmara Cascudo faz a elegia a respeito da obra de Augusto Magne, *A Demanda do Santo Graal*. O que pouco se sabe é que há mais “mistérios” que circundam esta obra do que a simples questão da retomada dos documentos disponíveis acerca do objeto religioso.

Um pouco antes ao texto de abertura, a edição de *A Manhã* de 28 de março de 1943, concedeu ampla divulgação às atividades desempenhadas pelo Instituto Nacional do Livro com ênfase na entrevista do diretor do órgão, Augusto Meyer e, sobretudo, as

publicações empreendidas pela Seção da Enciclopédia e do Dicionário, a saber: o *Dicionário Filosófico* de Orris Soares; o *Dicionário Popular Brasileiro* de Alarico Silveira; pela Seção de Bibliotecas obras como o *Guia das Bibliotecas Brasileiras e Classificação, sistema de classificações*. No entanto, a obra mais marcante do conjunto destas apresentadas é a intitulada *A Demanda do Santo Graal* comentada e anotada por Augusto Magne.

Publicada em três volumes, a obra se baseia num códice manuscrito disponível na Biblioteca de Viena que trata da história “mitológica” do objeto guardado e regido por um silêncio religioso misterioso que guardaria certa

²⁰A *Revista Atlântica* (1915-1920) foi publicada em Lisboa e dirigida em pelo português João de Barros e pelo brasileiro Paulo Barreto, celeberrimamente chamado de João do Rio. Originalmente conteve a participação de Graça Aranha, Afrânio Peixoto e Tristão de Ataíde. A intenção da Revista salientava a necessidade de criação de uma comunidade luso-brasileira. Nas palavras Fabiana Silveira Moura (2012), “Nesse sentido, a *Atlântica*, além de divulgar nomes das culturas brasileira e portuguesa – ainda que as colaborações portuguesas se fizessem presentes em maior

número – reserva em seu corpus um espaço onde escritores do Brasil expõem suas opiniões acerca da literatura em Portugal e em que intelectuais lusos fazem suas considerações sobre obras de autores brasileiros, dando destaque também a notícias de caráter oficial ligadas ao intercâmbio político-cultural luso-brasileiro” (p.104). MOURA, Fabiana Silveira. *Modernismo, Política e Poder*: seguindo as pistas deixadas pela leitura da *Atlântica Revista Luso-brasileira*. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2012.

congresso, apesar de haver sido apaziguada a questão de uma legislação proibitiva, havia ainda a existência de um sentimento protecionista, prevendo a criação de um “projeto de lei que proíba a entrada no Brasil de traduções portuguesas de autores de Domínio Público aqui já editadas”²⁷. Apenas, mais tarde, isto é, no decorrer dos anos 1960, foi possível o incremento das exportações de livros de editores portugueses para o Brasil, visto ter sido suspensa a legislação que interditava a exportação das traduções publicadas para Portugal²⁸.

Nesta conjuntura de trocas intelectuais e de intercâmbios livrescos é possível denotar a presença de um conjunto de fatores e, especialmente, de agentes intermediários que possibilitaram a circulação dos impressos, sobretudo em atenção às demandas existentes entre intelectuais brasileiros e o governo português. Um bom exemplo pode ser verificado na atuação da editora *Livros do Brasil*, filial portuguesa de outra casa editorial que desempenhou papel da *figura editor*, isto é, ocupou um lugar social de inscrição numa cultura impressa, funcionando como um elo de interligação entre um determinado núcleo, neste caso, o Estado Português e a borda, a saber, as instituições brasileiras e seus intelectuais

As origens da casa editorial *Livros do Brasil* remontam, singularmente, a figura de António de Sousa Pinto (1901-1987), editor português com profundas relações com o território brasileiro. Com passagens por Angola e Brasil antes de se fixar definitivamente em Portugal, Sousa Pinto iniciou na *terra brasilis* sua carreira no ramo editorial por intermédio da criação das

casas editoriais *Livros do Portugal* e a *Edições Dois Mundos* – com os princípios básicos de promoção de autores e obras portuguesas no mercado brasileiro, estreitando as ligações entre ambos os países²⁹.

Mais especificamente a respeito da editora *Livros do Brasil*, aponta-nos Sandra Reimão e Nuno Medeiros³⁰, que esta foi fundada em 1944, a partir da aquisição da filial portuguesa da Editora Civilização Brasileira, nome conhecido no universo dos livros no Brasil. Ao que parece, Sousa Pinto a adquiriu juntamente com seu irmão Joaquim de Sousa Pinto e desde os primórdios a principal função no mercado era a de atuar como uma importadora e distribuidora de livros brasileiros em Portugal e em suas respectivas colônias, além de promover a exportação dos livros portugueses³¹. Nas palavras de Nuno Medeiros, a “criação da *Livros do Brasil* configura um exemplo de como o mundo social do livro se erigiu, em larga medida, com base em relação nas quais a proximidade (compunha-se esta de ligações ou redes familiares, de conhecimento, amizade ou interesse mútuo) emergiu como mecanismo estruturante de circunstâncias e projetos editoriais”.

Um fato curioso e que destaca a participação, ou melhor, a atuação da editora *Livros no Brasil* foi a sua função de mediadora entre os pedidos de reprodução de documentos e a consequente difusão do material português. Neste contexto, justifica-se a apresentação do pedido da referida editora em se responsabilizar pelas obras brasileiras e portuguesas e difundi-las no Brasil e em Portugal. Asseverava o documento disponível na Torre do Tombo que,

Objectivo: Obras de autores brasileiros

²⁷GRÊMIO NACIONAL DOS EDITORES E LIVREIROS, n. 100, nov./dez. 1956, p.2 apud MEDEIROS, 2011, p.184.

²⁸GRÊMIO NACIONAL DOS EDITORES E LIVREIROS, n. 97, mai-jun. 1956, p.1-2 Apud MEDEIROS, 2011, p.186.

²⁹MEDEIROS, 2018, p.212.

³⁰Para maiores detalhes ver: MEDEIROS, Nuno. O livro no Portugal contemporâneo. 1 ed. Portugal: Outro modo; Le Monde

diplomatique, 2018. REIMÃO, Sandra. A editora portuguesa Livros do Brasil e suas obras eróticas na ditadura militar brasileira. Signo. Santa Cruz do Sul, v. 43, n. 76, p. 46-54, jan./abril 2018.

³¹MEDEIROS, 2018, p. 219.

A firma “Livros do Brasil, Ltda”, é constituída por António Augusto de Sousa Pinto Junior e Joaquim Nogueira de Sousa Pinto, sendo o primeiro o responsável pelas obras a publicar.

Ano: 1944

Mês: 16 de novembro

Aval: 30.000\$00 – Banco Borges & Irmão.

Sede: Rua dos Caetanos, 22 – Lisboa.

“Exm^o. Senhor,
Director dos Serviços de Censura,

A firma Livros do Brasil, Ld^a., constituída por Antonio Augusto de Souza Pinto Junior e Joaquim Nogueira de Souza Pinto e na qual o primeiro responsável pela edição das obras a publicar foi organizada em Portugal no intuito de corresponder à sua congênere do Rio de Janeiro, LIVROS DE PORTUGAL, L^a., que, no país irmão enviamos os seus melhores esforços para divulgar cada vez com maior projecção o livro português, e vem solicitar de V.Ex^a. a devida autorização, de acordo com as disposições legais, para poder exercer a sua atividade editorial em Portugal.

Pretende a requerente, dentro do programa pré-estabelecido pela direção comum, editar em Portugal obras de autores brasileiros, tal como no Brasil a “LIVROS DE PORTUGAL, L^a”. Edita obras de autores portugueses, mas não pode fazer um calculo das edições a fazer por semestre, visto que tanto pode ter, apenas, um livro para editar, como seis.

Assim, espera que V.Ex^a lhe conceda a devida autorização, porque da eficiência desta casa em Portugal, dependem, evidentemente, a simpatia e o bom acolhimento da missão da “LIVROS DE PORTUGAL, L^a” no Brasil que, com o funcionamento da sua congênere em Portugal, poderá alargar ainda mais o seu raio de acção, para prestígio e valorização da cultura portuguesa.

Pede deferimento.

Lisboa, 2 de Setembro de 1944”.

OBS: Há anotações de caneta por cima do documento que levam a crer que a solicitação foi atendida em razão dos acordos culturais de Brasil e Portugal. Estas anotações datam de 23 de outubro de 1944.

A relação mais efetiva da editora *Livros do Brasil* e o Instituto Nacional do Livro pode ser vista por meio da documentação existente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e também por meio das solicitações de reprodução documental que os intelectuais vinculados ao

INL fizeram ao governo português ao longo dos anos 1940-50. Na abertura deste capítulo comecei por tratar do processo de elaboração da obra *A Demanda do Santo Graal* de Augusto Magne. O que pouco se sabe sobre este livro é que para tal composição, contou o intelectual

com a necessidade de solicitar ao governo português na figura do Ministério dos Negócios Estrangeiros a autorização para a reprodução de alguns documentos. Afirma o ofício que

haveria uma facilitação do intercâmbio documental e que teria o padre Augusto Magne todas as facilidades e que ficaria encarregada a editora “Livros do Brasil” de tal intento.

-Exmº Senhor Director Geral dos Negócios Políticos e de Administração Interna
(Ministério dos Negócios Estrangeiros)

Em referência e resposta ao ofício de V.Exª. Nº. 20, Proc. Nº 38, de 25 do corrente, acerca de facilidades a dar ao erudito filólogo brasileiro Pe Augusto Magne para os seus estudos, inclusive e reprodução fotográfica das espécies que lhe interessem, tenho a honra de informar V.Exª, que tais facilidades já há muito lhe foram concedidas por proposta minha e Despacho de Sua Excelência o Subsecretário de Estado da Educação Nacional, de 2 de Outubro de 1946, como então comuniquei ao, nesse tempo, correspondente, em Lisboa, do Senhor Pe Augusto Magne, o director de “Livros do Brasil, Ld.”, Rua Vitor Cordon, n.º 29.

Quando há dias o senhor Pe Augusto Magne esteve nesta Inspeção Superior conversando comigo sobre os seus estudos, em curso, de novo lhe afirmei os bons propósitos e designios destes serviços de lhe serem conferidas todas as possíveis facilidades e comodidades para os trabalhos filológicos desse muito ilustre homem de ciência. Sua Exª reconhecendo os bons desejos desta Inspeção Superior na concessão dessas facilidades distinguiu-me com duas cartas amabilíssimas.

Assim, pode V.Exª. fazer à Embaixada do Brasil quão grandes são, nestes serviços, os sentimentos de estima e admiração pelo Senhor Pe. Augusto Magne e da mais alta consideração pelos trabalhos do eminente filólogo, e os propósitos desta Inspeção Superior em dar-lhes todas as possíveis facilidades para o prosseguimento dos seus trabalhos nas Bibliotecas e Arquivos daqui dependentes.

É isto que com a maior satisfação tenho a honra de comunicar a V.Exª.

A bem da Nação.

Secretaria da Inspeção Superior das Bibliotecas e Arquivos, em 29 de Janeiro de 1949.

Pel'O Inspector Superior.

O que se tem notícia, mediante outro documento o diretor da Biblioteca Nacional portuguesa, é que este autorizou as reproduções solicitadas, bem como foram custeadas todas as despesas para tal intento. Um pouco mais tarde, no ano de 1949, há uma

rescisão do contrato de exclusividade entre a editora e o Estado Português sem, contudo, alterar o interesse de António Sousa Pinto em aproximar-se editorialmente das duas Nações. Somente em 1952 que o referido rompimento se cristaliza justificado, em grande medida, pela

dificuldade de expansão do livro no Brasil e por solicitação do próprio chefe da repartição portuguesa, A. Tavares de Almeida:

Exmº Senhor
Diretor Geral da Fazenda Pública
LISBOA

Encarrega-me o Senhor Secretário Nacional de responder ao officio Nº 2881 em que V.Exª. se dignou consultar este Secretariado acerca das medidas a adoptar por essa Direcção geral quando a venda no Brasil e no Ultramar das obras literárias editadas por organismos do Estado.

Quanto à venda nas nossas províncias ultramarinas, julgamos que V.Exª. se deverá dirigir à Agência Geral do Ultramar, tanto mais que, como já é decerto do conhecimento de V.Exª., o ministério do Ultramar acaba de decidir interessantes resoluções desse problema.

A exportação de livros para o Brasil constitui, infelizmente, um dos mais lamentáveis obstáculos à “natural difusão” e até “Constituição” da nossa cultura. Por isso, só nos congratulamos com o facto de V.Exª. estar a estudar um aspecto desse problema, certos de que o esclarecido critério de V.Exª. muito contribuirá para que se abrevie a remoção de tal obstáculo. Escusado será dizer a V.Exª. que a pobreza do nosso mercado livreiro é dos mais graves impedimentos com que deparam os nossos escritores. Escusado será também, mostrar a V.Exª. que as medidas oficialmente adoptadas têm resultado, noutra a sua mesma e esclarecida intenção, em exclusivo beneficio, não dos escritores, mas dos comerciantes de livros: um exemplo disso é-nos dado pela forma como foi viciado e iludido o último acordo comercial com o Brasil.

Por tantos motivos, ainda bem que V.Exª. está occupado em contribuir para o desaparecimento de tão lamentável – senão criminoso - estado das coisas.

A venda de livros no mercado brasileiro constituiria a completa solução do problema. Dizemos a venda e não a conquista do mercado brasileiro porque ele é para os livros portugueses um prolongamento do mercado português. Mas a venda dos nossos livros no Brasil ergue-se toda a ordem de obstáculos comerciais. No fundo estes obstáculos provêm todos de sobreposição dos interesses culturais; exteriormente, porém, estes obstáculos parecem ser estritamente comerciais (e é assim que os livreiros os apresentam, sem qualquer quebra, aliás, da sua sinceridade de negociantes que são). O modo mais comum que esses obstáculos revestem é o de dificuldades da liquidação das remessas de livros feitas para o Brasil. Mas não nos iludamos: as mais fortes empresas livreiras nossas (que são as que aproveitam integralmente as facilidades do Acordo Comercial) tem forma de liquidar as suas remessas. As dificuldades dessa liquidação foi como V.Exª verificou o motivo alegado para a recisão do contracto dessa Direcção Geral com a firma Livros do Brasil Ldtª.

Entretanto, pede-nos V.Ex^a que lhe sugeramos, desde já, uma solução para a venda no Brasil das publicações de estabelecimentos do Estado. Para isso, cremos que V.Ex^a. poderá encarregar uma das duas livrarias portuguesas no Rio – Livros de Portugal e J. Antunes – de ser a depositária dessas publicações. Directamente ou por intermédio deste Secretariado, V.Ex^a poderá consultar aquelas livrarias afim de saber qual oferecerá melhores condições.

Com os protestos da mais elevada consideração.

A BEM DA NAÇÃO.

SECRETARIADO NACIONAL DA INFORMAÇÃO, em 7 de Março de 1952.

O CHEFE DA REPARTIÇÃO.

(A. Tavares de Almeida).

As dificuldades apontadas pelo chefe repartição já estavam presentes nos jornais do período, especialmente, nos artigos escritos por Serafim Neto na década de 1950, nos quais mencionava a dificuldade de circulação das obras no Brasil. É bem verdadeiro que o próprio Serafim Neto	fez inúmeras solicitações a própria <i>Livros do Brasil</i> de documentações para o concurso dos seus escritos, o que em grande medida justifica a publicação de matérias como a publicada no periódico <i>A Manhã</i> de 20 de junho de 1960. No texto em questão, o filólogo apontava:
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Até 1941 era deficiente o intercâmbio livres entre os dois países [Brasil e Portugal], porque lhe faltava, sobretudo, um ambiente propício, uma livraria que fosse, igualmente, um centro de reunião, onde, além de se venderem livros que se pudesse conversar sobre livros. E sobre autores, e sobre coisas de Portugal, em suma, sobre Portugal.

Esse consulado leigo era indispensável ao intercâmbio, pois o comércio do livro – diferente de outras mercancias – precisa revestir-se de um ambiente próprio.

[...]

O comércio do livro português tem, para o Brasil, uma significação toda especial. Com rara felicidade, o sr. Carlos Mantero, presidente da Associação Comercial de Lisboa, disse um discurso pronunciado há poucos dias:

“O Brasil é, sem dúvida, a zona mais sensível do Mundo Português. Ali se encontram as forças poderosas de tradição portuguesa, renascidas no fundo neo-luso da nação brasileira, com as forças exóticas da nação americana.

A aliança destas duas poderosas forças forjando um Brasil feito das sólidas virtudes

da nossa raça e do pensamento ativo, metódico e criador da América, destina a nação irmã para altos cometimentos e graves responsabilidades do Mundo”.

No Rio de Janeiro, participando desse ideal, existe uma formosa vitrina do livro português: é LIVROS DE PORTUGAL, que obedece à direção e orientação do sr. Antonio Pedro Rodrigues, aqui chegados há nove anos.

[...]

A grande e verdadeira significação da iniciativa do sr. Nicolau Firmino não está, propriamente, nos livros que exhibe (salvo um ou outro, cá bem conhecidos), mas em se tratar da gentilíssima oferta dos editores e livreiros de Portugal. Finda a exposição, todos os livros serão distribuídos as bibliotecas públicas do país.

Acerca de Nicolau Firmino pouco ou quase nada se sabe. Apenas tem-se a informação de que foi um tradutor português de poetas gregos que morreu aos 94 anos em 2001. A Exposição a que ele se refere aborda a questão dos eventos internacionais de livros promovidos e mesmo antes disso, em 1946 outra matéria do jornal *A Manhã* abordava a necessidade de um maior incentivo neste intercâmbio letrado.

Em grande medida, a editora *Livros do Brasil* se coloca como difusora da literatura brasileira em Portugal e portuguesa no Brasil. Aponta Nuno Medeiros (2018) que a respectiva editora “não se demorou muito tempo a tornar-se uma das maiores editoras portuguesas e uma das mais marcantes do século XX, contribuindo para a consolidação em Portugal do consumo do livro de bolso e de outras coleções” (MEDEIROS, 2018, p. 221). Além disso, a documentação existente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo mencionava a existência de uma parceria entre a editora *Livros do Brasil* e o governo português quando da realização de pedidos de microfilmagem e datilografia, num processo de acordo entre o Estado e a editora.

Mesmo não sendo a primeira editora a dar impressão às obras brasileiras, ela se consolidou como uma poderosa irradiadora e divulgadora das coleções literárias do Brasil. As

ações do editor António Sousa Pinto e de sua própria editora ilustram a sua atitude de um verdadeiro mediador das relações culturais entre Brasil e Portugal, conferindo-lhes um circuito de circulação internacional por via dos quais fatalmente se iriam confrontar com os sistemas de atribuição de sentidos variados”. Sua atividade de editor assim como da editora atuou no sentido de promover atividades de legitimação cultural e consagração cultural mediando e interligando um universo literário e um mercado de autores e leitores, consequentemente³².

No capítulo inicial desta tese, afirmou-se a tríade que compunha o nível de ação do Instituto Nacional do Livro pautada em na articulação de três iniciativas principais, a relembrar: a educação, a divulgação e a canonização. Tal como o apresentado, o que se esquadrinha nesta tese é a iniciativa de conceituar as ações do Instituto pautadas no que denominei anteriormente por *retórica da educação* e viabilizadas pela tríade: *educação, divulgação e canonização*. A primeira vertente foi apresentada em parágrafos anteriores por meio de um mapeamento das reuniões e dos debates em torno da produção de livros didáticos e da criação de bibliotecas. As duas últimas podem ser verificadas por meio de levantamento feito também nas edições do

³²MEDEIROS, 2018, p. 225.

Diário de Notícias que demonstram a questão das *exposições* a respeito do livro, traduções para outros idiomas, além de iniciativas voltadas para o lançamento das *bibliotecas de divulgação*, coleções que configuravam o processo duplo de *canonização* e *educação*, sem contar as publicações de bibliografias de

literatos nas quais se cristalizaram a figura de Machado de Assis, José Bonifácio, Joaquim Nabuco, entre outros. A respeito das exposições livrescas, há de se considerar as publicações dos periódicos do momento, que são destacados nas próximas linhas.

3.Comemorações de uma década de Revolução

Na década de 1940, passados dez anos do governo de Getúlio Vargas, deu-se início as celebrações do decênio do governo Vargas por meio de vários festejos, solenidades religiosas e também da Exposição do Livro. Entre os dias 03 e 10 de novembro de 1940 foi realizado um intenso programa de atividades para comemorar o decênio da Revolução de 1930 e promover a exaltação da imagem de Getúlio Vargas³³. Conta-nos Ana Paula Leite Vieira (2019) que “a Associação Brasileira de Imprensa se juntou aos festejos do decênio com a realização da “Exposição do Livro Brasileiro³⁴”, inaugurada em sua sede no dia 8 de novembro de 1940. Organizada pelo escritor Bastos Tigre, sob os auspícios do DIP e do Instituto Nacional do Livro (INL), a mostra apresentaria nas prateleiras do 9º andar da ABI cerca de 5 mil livros de trinta casas editoras, publicados nos dez anos do governo Vargas sobre os mais variados assuntos. A ideia era mostrar o desenvolvimento que a indústria do livro alcançara nos anos 1930, quando “edições que, há menos de vinte anos, seriam astronômicas, têm sido feitas... e vendidas³⁵”. Não só se havia progredido em termos de quantidade de edições e de autores brasileiros publicados, mas também em termos técnicos. Uma parte da exposição foi dedicada às obras encadernadas, para a qual foram selecionadas

as que pudessem “dar uma ideia precisa do nosso adiantamento técnico na matéria³⁶”. Os livros e folhetos editados pelo DIP também foram expostos no evento, com destaque para os sete volumes de *A Nova Política do Brasil*, uma reunião dos discursos de Vargas editada pela José Olympio a pedido do governo³⁷.

Com a organização da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), do Departamento de Imprensa (DIP) e do Instituto Nacional do Livro (INL), a exposição do livro contava com o conjunto das publicações dos últimos dez anos sobre variados temas. Tal mostra ocorreu na própria ABI e teve como coordenador principal a figura de Bastos Tigre. Os jornais revelavam:

O que mais vai impressionar os visitantes da Exposição é o elevado número de obras de autores brasileiros. Sob este aspecto o certame evidencia o quão fecundo foi o decênio para a nossa cultura brasileira. Os tempos consagrados da moderna literatura nacional aparecem em várias e sucessivas edições. As grandes tiragens alcançadas por muitos deles dão prova de como está aumentando o nosso público leitor.

³³VIEIRA, Ana Paula Leite. *O Departamento de Imprensa e Propaganda e a política editorial do Estado Novo (1937-1945)*. Doutorado em História. Departamento de História da UERJ. Rio de Janeiro, 2019.

³⁴Para maiores detalhes ver: VIEIRA, 2019, p.105.

³⁵Terão grande esplendor as comemorações do Decênio da Revolução. *A Batalha*, Rio de Janeiro, 1 nov. 1940. p. 3.

³⁶Inaugura-se hoje a Exposição do Livro Brasileiro. *A Batalha*, Rio de Janeiro, 8 nov. 1940. p. 5.

³⁷VIEIRA, 2019, p.113.

[...]

Juntamente com as obras dos autores nacionais, a exposição exhibe livros de autores estrangeiros traduzidos e editados no Brasil, nomes consagrados na cultura de todos os outros aparecem nos diversos mostruários evidenciando o valor universal que o leitor brasileiro está dando a sua cultura³⁸.

Juntamente com as festividades, os rituais cívicos e as exposições, as comemorações pela Revolução de 1930 foram feitas de forma impressa, tais como, diversas biografias de Getúlio Vargas, bem como, a iniciativa do lançamento de calendários, tal qual, o de 1940, num ensejo de promover as ações do governo varguista ao longo dos anos³⁹. Sobre as comemorações e exposições internacionais de

livros realizadas pelo Instituto Nacional do Livro, sabe-se que estas estiveram alicerçadas no seu programa de educação, canonização e monumentalização da cultura brasileira e do programa pedagógico literário em voga.

Dito em outras palavras, o ato de traduzir ou mesmo o de realizar exposições revela demarcação de índice cultural que se pretendia em meio à formação de um *gênio americano*⁴⁰ (MILO, 1984). Quanto à *encenação* a sua operabilidade respalda-se numa prática antes já realizada pela Academia Brasileira de Letras, quando de seu surgimento, e que foi retomada pelo Instituto Nacional do Livro no sentido de estar envolvido em certo jogo das teatralidades presentes nas exposições dos livros, na formulação de suas coleções e, principalmente, pelo enriquecimento das bibliotecas já existentes no Brasil e na valorização dos autores nacionais que representassem a nossa civilização brasileira em razão de uma cooperação internacional.

³⁸VIEIRA, 2019, pp.173-174.

³⁹VEIRA, 2019, p.101.

⁴⁰MILO, 1984.

- MEDEIROS, Nuno (2018). *O livro no Portugal contemporâneo*. 1 ed. Portugal: Outro modo; Le Monde diplomatique.
- MOREIRA, Ana Paula Leite (2019). *O Departamento de Imprensa e Propaganda e a política editorial do Estado Novo (1937-1945)*. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em História, UNIRIO.
- MOURA, Fabiana Silveira (2012). *Modernismo, Política e Poder: seguindo as pistas deixadas pela leitura da Atlântico Revista Luso-brasileira*. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- REIMÃO, Sandra (2018). A editora portuguesa Livros do Brasil e suas obras eróticas na ditadura militar brasileira. *Signo*. Santa Cruz do Sul, v. 43, n. 76, p. 46-54, jan./abril.
- VIEIRA, Ana Paula Leite (2019). *O Departamento de Imprensa e Propaganda e a política editorial do Estado Novo (1937-1945)*. Doutorado em História. Departamento de História da UERJ. Rio de Janeiro.
- WINCHESTER, Simon (2012). Ah! Quanta beleza, quanto poder! In: _____. *Atlântico: grandes batalhas navais, descobrimentos heroicos, tempestades colossais e um vasto oceano com um milhão de histórias*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 134-181.

Sites:

- http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1930-1949/L0842.htm. Acesso em 15 mar.2020.
- [https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-2145-29-dezembro-1953-361427-norma-atualizada-pl.html](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-2145-29-dezembro-1953-361427-norma-1953-361427-norma-atualizada-pl.html). Acesso em 15 mar.2020.

Fontes:

- O Imparcial*, 18 de outubro de 1941.
- Terão grande esplendor as comemorações do Decênio da Revolução. *A Batalha*, Rio de Janeiro, 1 nov. 1940. p. 3.
- REVISTA DE HISTÓRIA, 1951.